



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

526
37

214

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 158000-9

APELANTE: LETHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

APELADO: TECON SUAPE S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. MEDIDA CAUTELAR. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO NA MODALIDADE ARRENDAMENTO. VERBA SUCUMBENCIAL. PERCENTUAL DE 15% APLICADO SOBRE O VALOR DA CAUSA. LEGITIMIDADE. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO. EXEGESE DO § 4º, ART. 20, CPC. PERCENTUAL APLICADO EM HARMONIA COM AS PECULIARIDADES DO CASO E DOS §§ 3º E 4º DO ART. 20 DO CPC.

Seguira
2393

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em **negar provimento** ao recurso, nos termos do voto do relator.

(sessão realizada em 03.novembro.2009)

Recife, 06 de novembro de 2009.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator e Presidente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

517
JP

215

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 158000-9

APELANTE: LETHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

APELADO: TECON SUAPE S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Adoto, como início o da douda sentença recorrida (fls.439/448).

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto contra sentença que julgou procedente o pedido formulado na **Medida Cautelar nº 424.2003.000918-5**, manejada pela Letha (suplicante/apelante), e neste conduto, determinou, em definitivo, a liberação das mercadorias especificadas na inicial, condenando a suplicada/apelada no pagamento das despesas sucumbenciais, arbitradas em 15% sobre o valor da causa.

Irresignada, a Letha Ind. e Com. LTDA interpôs recurso de apelação (fls. 474/478), requerendo a reforma do julgado no tocante ao ônus sucumbencial, de modo de incida o percentual de 20% sobre o valor da condenação, acrescido de juros legais de 1% ao mês a partir da citação e corrigido pela tabela do ENCOGE até o seu efetivo pagamento.

Em resposta, a Tecon Suape S/A (fls.484/487) rechaça os argumentos da parte contrária, pugnando pelo improvimento do recurso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

518
UF

216

O recurso é tempestivo e o preparo das custas foi regularmente efetuado.

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 12 de agosto de 2009.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário

*Vara da Fazenda Pública e
Marítima de Ipojuca*

PROCESSO N. 424.2003.000913-4 – Ação Ordinária
AUTOR: A LETHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
RÉU: TECON SUAPE

PROCESSO N. 424.2003.000912-6 – Ação Cautelar
AUTOR: A LETHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
RÉU: TECON SUAPE

PROCESSO N. 424.2003.000918-5 – Ação Cautelar
AUTOR: A LETHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
RÉU: TECON SUAPE

SENTENÇA

Vistos etc.

Ação Ordinária 424.2003.000913-4

O Autor promove esta ação ordinária contra o Réu objetivando: a) a revisão dos valores cobrados pela Ré em razão da armazenagem de containers no Porto de Suape em conformidade com a legislação em vigor; b) a declaração de nulidade da indexação da cobrança pela moeda norte-americana em razão da armazenagem dos containers; c) condenação da Ré no pagamento de indenização em razão das perdas e danos causados e os lucros que deixou de ganhar a Autora.

Alega que a Ré sagrou-se vencedora da licitação promovida pelo Estado de Pernambuco visando a movimentação de containers no Porto de Suape. Quando já em funcionamento, a Ré elevou o preço de serviços de armazenagem de forma unilateral e indexada ao dólar americano.

Sustenta que importou mercadorias que foram acondicionadas nos containers que especifica. Em razão da armazenagem dos citados containers nas dependências da Ré, esta cobrou preços exorbitantes, retendo as mercadorias em razão do não pagamento antecipado, ignorando a tabela de valores para serviços portuários aprovada pelo Porto de Suape e autorizada pelo Conselho de Autoridade Portuária.

440
hx
218

Defende que não houve negócio jurídico entre as partes, sem pedir a correspondente declaração judicial a este respeito. Diz que não se pode cobrar preço público mediante indexador em moeda estrangeira (Decreto-Lei n. 857/69 e art. 53 da do CDC) ou alterada unilateralmente pela Concessionária do Serviço. Aponta arbitrariedade com a apreensão das mercadorias importadas.

A conduta da Ré causou perdas e danos ao Autor em razão de: a) paralisação de suas atividades; b) impossibilidade de cumprir suas obrigações com terceiros; c) mobilização de profissionais para a liberação de mercadorias; d) perda de mercado; e) perda de capital de giro e f) perda de lucro.

Juntou documentos.

Citada, a Ré apresentou resposta, sob a forma de contestação.

Na Contestação, após narrar todo o procedimento de importação via marítima e desembaraço aduaneiro, diz que o importador tem a liberdade de contratar a Ré pelos serviços de armazenagem de containers, dispondo de dois dias sem a cobrança do respectivo preço. Aponta que a demora para o levantamento dos containers foi exclusiva da Autora, não podendo a Ré ser responsabilizada por eventual perecimento. Segundo alega, eram do conhecimento da Autora os preços praticados pelos serviços de armazenagem, pois estão disponíveis em locais de fácil acesso ao público.

Defende sua liberdade para a fixação do preço pelos serviços de armazenagem, notadamente em razão da Cláusula Oitava, Parágrafo Quinto, do Contrato de Arrendamento celebrado por Suape e a Internacional Container Terminal Services Inc., representada pela Demandada, e conforme permissivo previsto no art. 170, parágrafo único da CF/88. Ao contrário dos portos públicos, explorados diretamente pela Administração Pública, a Ré, na qualidade de arrendatária para exploração privada da atividade portuária, por ter lançado mão de vultosa quantia para este fim, pode cobrar os preços que entender por bem praticar, sem o controle da entidade pública. Fundamenta também sua liberdade na Lei 8.630/93 (Lei dos Portos) e no Código Comercial. Nega cobrar valores em moeda estrangeira, pois emite nota fiscal com valores obedecendo ao padrão monetário brasileiro.

A Ré diz que a Autora só se apresentou para retirar a mercadoria mediante Mandado Liminar expedido pelo Poder Judiciário, nunca a tendo procurado antes. Diz não haver prova dos danos e lucros cessantes.



hh
wy
219
(Ação). Réplica à Contestação da Ré apresentada pela Autora

Audiência preliminar sem acordo entre as partes.

Ação Cautelar 424.2003.000912-6

O Requerente promove ação cautelar contra o Requerido objetivando a imediata liberação das mercadorias importadas e acondicionadas nos containers que especifica (fls. 12), relativas ao *Proforma Invoice* n. 1159, e a prestação de caução pelo armazenamento. Reproduz diversos argumentos apresentados na inicial da Ação Ordinária.

Juntou documentos.

Indeferido o requerimento liminar (fls. 126).

Agravo de instrumento interposto com decisão do TJPE atribuindo efeito suspensivo ativo (fls. 149)

Depósito da caução (fls. 129).

Certidão do Oficial de Justiça participando a liberação dos containers (fls. 175).

Contestação apresentada pela Requerida onde argumenta, em preliminar, a ilegitimidade ativa, e, no mérito, que a garantia deveria corresponder a 150% do valor da mercadoria (Lei 2.770/56) e defende a política de preços praticada da qual a Requerente tinha prévio conhecimento. Por fim, após reproduzir as razões constantes na Contestação da Ação Ordinária, diz não estarem configurados a fumaça do bom direito e a urgência.

Juntou documentos.

Ação Cautelar 424.2003.000918-5

O Requerente promove ação cautelar contra o Requerido objetivando a imediata liberação das mercadorias importadas e acondicionadas nos containers que especifica (fls. 13), relativas aos *Proforma Invoices* n. 1137 e 1141, e a prestação de caução pelo armazenamento. Reproduz diversos argumentos apresentados na inicial da Ação Ordinária.

Juntou documentos.

Deferido o requerimento liminar (fls. 139/142).

Depósito da caução (fls. 145).

h42
wy
220

Certidão do Oficial de Justiça participando a liberação dos containers (fls. 358).

Contestação apresentada pela Requerida onde argumenta que a garantia deveria corresponder a 150% do valor da mercadoria (Lei 2.770/56) e defende a política de preços praticada da qual a Requerente tinha prévio conhecimento. Por fim, após reproduzir as razões constantes na Contestação da Ação Ordinária, diz não estarem configurados a fumaça do bom direito e a urgência.

Juntou documentos.

Agravo de instrumento interposto sem efeito suspensivo atribuído pelo TJPE (fls. 361).

Réplica (fls. 218).

É o Relato. DECIDO.

Preliminar

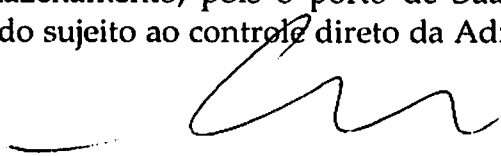
Profligo a alegada ilegitimidade da parte Requerente no feito cautelar 424.2003.000912-6. O documento produzido pela própria Requerida (fls. 227) demonstra ser a parte Requerente depositante dos ora reclamados containers SUDU4637362 e SUDU4441662. Desta forma, com esteio no art. 629 do CC entendo ser a parte Requerente legítima para figurar no pólo ativo da lide.

Mérito

Afasto a aplicação do Código de Defesa do Consumidor pelo fato dos serviços tomados pelo Autor integrar sua cadeia de produção, não sendo o caso de qualifica-lo como destinatário final.

Rejeito a alegação de inexistência de negócio jurídico levantada em razão da própria Autora reconhecer a sua existência quando afirma ser devido valor a menor em razão da armazenagem de containers nas dependências da Ré.

A solução da matéria necessita conhecer a natureza jurídica do serviço de armazenamento prestado pela Ré/Reconvinte. Temos a tese do Autor/Reconvindo de que o serviço prestado tem natureza pública, portanto sob o controle da Administração Pública, inclusive quanto à política de preços. Já a Tecon (Ré/Reconvinte) defende sua liberdade na fixação do preço pelos serviços de armazenamento, pois o porto de Suape é de natureza privativa mista, não estando sujeito ao controle direto da Administração Pública como os



Portos de uso públicos. Desta forma, o contrato de arrendamento lhe permite a livre fixação dos preços pelos serviços de armazenamento.

Segundo o art. 21, inciso XII, f, da CF/88:

Art. 21. Compete à União:

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

Mesmo pecando pela redundância, vejo que o comando constitucional atribui à União Federal a exploração (direta ou indireta) de todos os portos marítimos, fluviais e lacustres. Caso não venha explorar diretamente, poderá o fazer através das parcerias com outras pessoas públicas ou privadas. Sendo da competência da União a exploração dos portos marítimos, isso quer dizer que a Constituição Federal considera esta tarefa um serviço que deve ser prestado pelo Estado (exploração direta) ou submetido ao controle do Estado (exploração indireta). Sem adentrar na discussão teórica a respeito do assunto, o conceito de concessão de serviço público trazido por Di Pietro sintetiza de forma lapidar o instituto. A Professora define a concessão de serviço público:

"como o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública delega a outrem a execução de um serviço, para que o execute em seu próprio nome, por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário ou outra forma de remuneração decorrente da exploração do serviço" (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública**. Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização e outras Formas. 4ª. ed., p. 75. São Paulo: Editora Atlas, 2002)

Se a Administração Pública transfere apenas a execução do serviço público para outrem no regime de concessão, isso quer dizer que deverá manter o controle e a direção do serviço, sob pena de perda da sua natureza pública. Héctor Jorge Escola indica quatro aspectos para configurar o controle da Administração Pública sobre o serviço público delegado a terceiros: a) material; b) técnico; c) financeiro e d) legal. O controle financeiro torna-se indispensável para a fixação de tarifas e a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos administrativos (ESCOLA. **Tratado Integral de los contratos administrativos**. In: Di Pietro, ob. cit. pg. 83).

Em vista destas premissas, toda legislação infraconstitucional não poderá transpor as balizas postas pela Constituição Federal de 1988 (art. 21, inciso XII, f) quando do trato da matéria, ou seja, que a exploração portuária marítima é feita pela União Federal, diretamente ou mediante parcerias, havendo, neste último caso, delegação da execução com a manutenção do controle da Administração Pública, inclusive o financeiro.

222
hkh
my

No caso brasileiro, a exploração de alguns portos marítimos fora concedida pela União Federal aos Estados-Membros onde se encontram localizados. Em alguns casos destes, os Estados firmaram contratos administrativos com empresas interessadas na exploração de serviços portuários. Isso ocorreu entre Suape, empresa pública do Estado de Pernambuco, responsável pelo Porto de Suape, e a empresa que a Ré/Reconvinte representa. Mesmo neste caso, as relações tratadas entre as partes envolvidas não poderão se afastar do art. 21, inciso XII, alínea f, da CF/88, da Lei Federal 8.630/93 (Lei dos Portos), Decretos Executivos e Regulamentos da Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Segundo o art. 1º, inciso I, da Lei dos Portos, o porto organizado é o conjunto de instalações destinadas à navegação, movimentação e armazenagem de mercadorias. O art. 4º, inciso I, da Lei dos Portos, exige licitação para a realização de contrato administrativo de arrendamento de instalação portuária, sendo possível, neste último caso, o uso privativo, exclusivo (para carga própria daquele que arrenda) ou misto (para carga própria daquele que arrenda e de terceiros). Ora, se o arrendamento de instalação portuária para uso privativo misto implica na possibilidade daquele que arrenda movimentar e armazenar cargas próprias e de terceiros, estas provenientes ou para a navegação marítima, isso quer dizer que o arrendamento em questão implica na prestação de serviço público em porto organizado.

A lógica disso é reforçada com as cláusulas exorbitantes próprias dos contratos administrativos previstos no art. 4º, § 4º da Lei dos Portos, dentre as quais destacamos: VII - à reversão de bens aplicados no serviço; IX - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos e dos métodos e práticas de execução dos serviços; XII - à responsabilidade do titular da instalação portuária pela inexecução ou deficiente execução dos serviços; XIII - às hipóteses de extinção do contrato; XIV - à obrigatoriedade de prestação de informações de interesse da Administração do Porto e das demais autoridades no porto, inclusive as de interesse específico da Defesa Nacional, para efeitos de mobilização; XV - à adoção e ao cumprimento das medidas necessárias à fiscalização aduaneira de mercadorias, veículos e pessoas e XVI - ao acesso, pelas autoridades do porto, às instalações portuárias.

Não há que se olvidar a necessidade de os investimentos realizados pela arrendatária de instalação portuária localizada em terreno da União localizado na área do porto organizado serem revertidas à União, observado o disposto na lei que regulamenta o regime de concessão e permissão de serviços públicos (art. 4º, § 6º da Lei dos Portos).

Deve-se chamar a atenção ao art. 6º da Lei dos Portos que trata das autorizações relativas a áreas fora do porto organizado ou no caso do requerente ser titular do domínio útil do imóvel (art. 4º, inciso II, da Lei dos

223
mx

Portos). Neste caso exclusivo, reza o § 2º do artigo 6º que os contratos para movimentação de cargas de terceiros reger-se-ão, exclusivamente, pelas normas de direito privado, sem participação ou responsabilidade do poder público. Todavia, as instalações de que trata o *caput* do artigo 6º ficarão sujeitas à fiscalização das autoridades aduaneira, marítima, sanitária, de saúde e de polícia marítima (§ 3º). **Em que pese não se aplicar o artigo 6º da Lei dos Portos no caso presente, pois temos a Ré como exploradora de instalação portuária, em porto organizado, não sendo detentora do domínio útil do imóvel, seria possível uma interpretação inconstitucional do § 2º citado se este for aplicado aos acasos em que haja prestação de serviço público, pois estes, como dito, estão sujeitos ao controle da Administração Pública.**

Os art. 4º, inciso I, da Lei dos Portos, que trata dos contratos de arrendamento, aplicável ao caso presente, foi regulamentado pelo Decreto nº 4.391, de 26 de setembro de 2002. Dispõe o Decreto sobre o arrendamento de áreas e instalações portuárias de que trata a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, cria o Programa Nacional de Arrendamento de Áreas e Instalações Portuárias, estabelece a competência para a realização dos certames licitatórios e a celebração dos contratos de arrendamento respectivos no âmbito do porto organizado, e dá outras providências. Segundo o art. 9º do Decreto 4.391/2002:

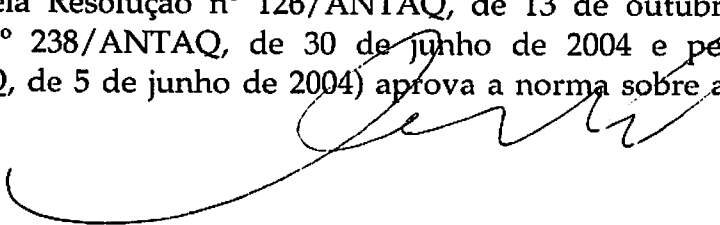
Art. 9º O contrato de arrendamento de que trata este Decreto constitui espécie do gênero contrato administrativo e se regula pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

Parágrafo único. O regime jurídico do contrato de que trata o caput deste artigo confere à autoridade portuária, em relação a ele, a prerrogativa de alterá-lo, e bem assim de modificar a prestação dos serviços, para melhor adequá-lo à finalidade de interesse público, respeitados os direitos dos arrendatários, inclusive com relação a indenizações devidas, apuradas em processo administrativo regular.

Dispõe, por fim, o art. 10 do Decreto 4.391/2002:

Art. 10. A ANTAQ baixará as normas complementares indispensáveis à execução deste Decreto.

A Resolução nº 055 -ANTAQ, de 16 de dezembro de 2002 (Alterada pela Resolução nº 126/ANTAQ, de 13 de outubro de 2003, pela Resolução nº 238/ANTAQ, de 30 de junho de 2004 e pela Resolução nº 265/ANTAQ, de 5 de junho de 2004) aprova a norma sobre arrendamento de



áreas e instalações portuárias destinadas à movimentação e armazenagem de cargas e ao embarque e desembarque de passageiros.

Os conceitos trazidos no art. 2º do Anexo da Resolução n. 55 – Antaq não podem ser lidos sem ter em mente o art. 21, inciso XII, f, da CF/88, as disposições de caráter público constantes no art. 4º, § 4º, da Lei dos Portos e o art. 9º do Decreto n. 4.391/2002, de forma a considerar que o serviço público portuário é controlado pela Administração Pública. Qualquer interpretação diversa peca pelo afastamento das diretrizes constitucionais que regem a matéria. Com efeito, mesmo apresentando em separado o conceito de Tarifa Portuária (art. 2º, inciso V, do Anexo da Resolução n. 55-Antaq) do Preço (art. 2º, inciso VIII, do Anexo da Resolução n. 55-Antaq), não se pode afastar, tanto num como noutro caso o controle da Administração Pública, pois nas duas situações estão configuradas as prestações de serviços públicos portuários, seja relativo à navegação, movimentação e armazenamento de cargas em portos organizados.

Na Resolução n. 55 da Antaq transparece a natureza pública dos contratos de arrendamento ao exigir modicidade dos preços (art. 6º, § 1º), o que, por si só, afasta a total liberdade ou arbitrariedade na sua fixação, seja do valor, seja do teto. Isso se aplica tanto à Administração Pública quanto ao seu parceiro. Como não poderia deixar de ser, exige o art. 28, inciso VI do Anexo da Resolução n. 55 – Antaq que no contrato de arrendamento conste regras claras a respeito do “reajuste e revisão dos preços máximos dos serviços básicos”. Evidentemente serviços básicos são aqueles que constituem o núcleo do serviço público portuário de movimentação e armazenamento de cargas.

A crítica que se faz ao art. 30 da Lei dos Portos como não sendo aplicável para o exercício do controle dos contratos de arrendamento é injusta. Não resolve o problema ou a natureza pública do contrato administrativo a afirmação de que o inciso VIII do § 1º do art. 30 da Lei dos Portos não se aplica à política de preços cobrados pela arrendatária em função de serviços prestados aos usuários nas áreas e instalações portuárias.

A chamada tarifa portuária nada mais é do que tarifa pública. O preço definido no art. 2º do Anexo da Resolução n. 55 – Antaq também possui natureza jurídica de tarifa pública. É majoritária a doutrina que não diferencia tarifa pública do preço público, pois há identidade de natureza jurídica em razão da remuneração pelo serviço público. Em se adotando esta identidade, como eu o faço, é perfeitamente aplicável o inciso VIII do § 1º do art. 30 da Lei dos Portos tanto para a tarifa portuária como para o preço, ambos definidos no art. 2º do Anexo da Resolução n. 55 – Antaq.

Caso isso não seja suficiente, também entendo ser amplo o alcance do art. 30 da Lei dos Portos, diante da leitura empregada pelo controle da Administração Pública sobre os contratos firmados com seus parceiros. O

44x
hx
225

elenco do seu § 1º do artigo 30 não é exaustivo. Há de se entender como sendo implícito o poder-dever do Conselho de Autoridade Portuária de fixar limites na política de preços públicos (ou tarifas públicas) cobrados pelos parceiros da Administração Pública dos usuários dos serviços públicos. Além disso, infere-se do XVI do § 1º do art. 30 da Lei dos Portos que se cabe ao Conselho de Autoridade Portuária se pronunciar sobre outros assuntos de interesse do porto, isso quer dizer, também, que deve tratar do controle dos preços aplicáveis aos serviços públicos prestados pelo Porto Organizado, seja explorado diretamente pelo Estado, seja através de execução de Parceiros da Administração Pública.

Pelas razões acima expostas, entendo que cabe ao Conselho de Autoridade Portuária controlar as Tarifas Portuárias e os Preços aplicáveis aos serviços públicos definidos no art. 2º do Anexo da Resolução n. 55 da Antaq, inclusive fixando os seus limites máximos, não sendo condizente com o ordenamento jurídico pátrio a total liberdade na política de preços praticados pela Ré/Reconvinte pelos serviços públicos que presta como previsto na Cláusula Oitava, Parágrafo Quinto, do Contrato de Arrendamento n. 041/01 (fls. 166).

Sendo de natureza pública, os preços e tarifas portuárias devem ser fixados em moeda nacional como determina o Conselho de Autoridade Portuária, não havendo razoabilidade ou legalidade na sua indexação em moeda norte-americana.

Os vultosos investimentos, as despesas correntes e o necessário lucro da Ré/Reconvinte devem ser considerados quando da fixação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo, porém não serve de justificativa para a ausência de controle de tarifas e preços públicos.

Os há prova de que a parte Autora tenha suportado os danos materiais levantados, motivo este pelo qual resta o pedido indenizatório indeferido.

Não apontou o Autor satisfatoriamente fato idôneo a causar abalo ao seu bom nome, de forma que afasto o pedido de indenização por danos morais.

Vejo nas ações cautelares a confirmação do perigo da demora levada em conta nas decisões liminares, isso em razão da inegável natureza perecível das mercadorias retidas injustamente pela Ré. O alegado depósito de 150% do valor da mercadoria estatuído pela Lei 2.770/56 tem aplicação apenas para as causas que digam respeito ao desembaraço aduaneiro. Não sendo esta a discussão travada, afasta-se a alegação de defesa.

Isto posto, julgo parcialmente procedente o pedido formulado na inicial do processo n. 424.2003.000913-4, Ação Ordinária, para revisar os preços públicos cobrados pela Ré do Autor em razão do serviço

hha
my
226

público de armazenamento de containers no porto organizado de Suape, devendo atender aos limites impostos pelo Conselho de Autoridade Portuária, sendo declarada a ilegalidade dos preços praticados pela Ré em moeda estrangeira. Condeno o Réu no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% sobre o valor da causa.

Julgo procedente o pedido formulado pelo Requerente na inicial do processo n. 424.2003.000912-6, Ação Cautelar, para determinar, em definitivo, a liberação das mercadorias especificadas na inicial, condenando o Requerido no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% sobre o valor da causa.

Julgo procedente o pedido formulado pelo Requerente na inicial do processo n. 424.2003.000918-5, Ação Cautelar, para determinar, em definitivo, a liberação das mercadorias especificadas na inicial, condenando o Requerido no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% sobre o valor da causa.

Defiro a liberação da quantia depositada relativa aos processos Cautelares 424.2003.000912-6 e 424.2003.000918-5 em favor de TECON SUAPE S.A.

P. R. I.

Ipojuca, quinta-feira, 15 de fevereiro de 2007, 12:38 h.



HAROLDO CARNEIRO LEÃO SOBRINHO

Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

522
227

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 158000-9

APELANTE: LETHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

APELADO: TECON SUAPE S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Srs. Desembargadores,

Senhor (a) Procurador (a).

Cuida a presente demanda de contrato de concessão de serviço público na modalidade arrendamento, residindo o litígio na seara da verba sucumbencial, no que concerne ao percentual aplicado (15%) e sobre a sua incidência, se sobre o valor da causa ou da condenação.

Para averiguar se houve ou não afronta ao artigo 20 do CPC, cumpre consignar que o *decisum* hostilizado pautou-se em: "determinar a revisão dos preços cobrados pela Tecon à Letha em razão do serviço público de armazenamento de 'containers' do porto organizado de Suape, de modo que atenda aos limites impostos pelo Conselho de Autoridade Portuária, sendo ainda declarada a ilegalidade dos preços praticados pela Tecon em moeda estrangeira".

Em causas afins, em que **não há condenação ou** em que esta consista em **obrigação de fazer**, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem posicionamento firmado no sentido de que "os honorários advocatícios devem ser fixados de forma eqüitativa pelo magistrado, nos termos do § 4º do artigo 20, CPC¹, não ficando o juiz adstrito aos limites

¹ CPC - Art. 20. (omissis)

§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, **naquelas em que não houver condenação** ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os **honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa** do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

percentuais estabelecidos no §3º do mesmo dispositivo², mas aos critérios nele previstos". (Precedentes: REsp 469921 / PR, 4ª Turma, Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 26/05/2003, p. 366; REsp 249210 / PE, REsp 153353 / SP; REsp 130386 / MG)

Com base nesta premissa, afigura-se sem razão aludido inconformismo, porquanto o dispositivo da sentença atacada apresenta-se em harmonia com o preceituado nos mencionados §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC, inclusive no que tange ao percentual aplicado.

Com estas considerações, resta evidenciado que carece de amparo legal o pedido em apreço, motivo pelo qual voto pela **negativa de provimento** do Recurso de Apelação.

Recife, 03 de novembro de 2007.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator

² CPC - Art. 20. (omissis)

§ 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos:

- a) o grau de zelo do profissional;
- b) o lugar de prestação do serviço;
- c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.